



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado do Ambiente**  
**Comissão Estadual de Controle Ambiental**  
**Instituto Estadual do Ambiente**

ATA SUCINTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA EMPRESA MINERARE MINERAÇÃO E  
COMÉRCIO LTDA. PARA A ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE AREIA EM CAVA SECA,  
MUNICÍPIO DE MACAÉ – 04/05/2017.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e dezessete foi realizada a Audiência Pública do processo de licenciamento ambiental nº E-07/505.537/2011, referente à atividade de extração de areia em cava seca, localizada na Fazenda da Pedra s/n, Rodovia Amaral Peixoto km 43, Tamoio, município de Cabo Frio. A Audiência iniciou-se às 19h06min e teve a seguinte composição das mesas: 1) Mesa Diretora: Maurício Couto Cesar Junior – Presidente, Ana Cláudia dos Santos Campos – Secretária, Daniel Mazullo – Coordenador do Grupo de Trabalho do INEA, Carolina Sena – Representante do Ministério Público Estadual e Rodrigo Olívio – Representante do Ministério Público Federal. 2) Mesa dos Empreendedores: André Martins de Lima, representantes da empresa Minerare Mineração e Comércio Ltda., e Catherine Marie Françoise Hallot, representante da Masterplan Consultoria de Projetos e Meio Ambiente, que fez o Estudo de Impacto Ambiental. A Audiência contou com a presença das seguintes autoridades: 1) Cláudio da Silva Bastos, Secretário Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente de Cabo Frio; 2) Eduardo Gomes Pimenta, Coordenador Geral de Meio Ambiente de Cabo Frio; 3) Arnaldo Vila Nova, da Secretaria Bacia Lago São João; 4) Jaime Gomes, da Secretaria de São Pedro da Aldeia; 5) Marcio Corce, da Secretaria de Meio Ambiente de Arraial do Cabo; 6) Sub Secretário Meio Ambiente de Arraial do Cabo, Josimar Vieira; 7) José Guimarães, Vice Prefeito de Rio das Ostras, 8) Ivan Noé, Secretário de Meio Ambiente de Rio das Ostras; 9) Adeir Novaes, Vereador de Cabo Frio; 10) Oséias Rodrigues Couto, Vereador de Cabo Frio; 11) Wagner Simões, Vereador de Cabo Frio; 12) Janio Mendes, Deputado Estadual, 13) Silas Bento, Deputado Estadual.. Após as saudações iniciais e os esclarecimentos em relação à dinâmica da realização de Audiências Públicas, foi executado o Hino Nacional. A seguir foi passada a palavra ao representante do INEA, o Analista Ambiental Daniel Mazullo, que explicou os procedimentos do licenciamento ambiental e apresentou a tramitação do processo administrativo no INEA. Esclareceu que a Audiência Pública se constitui numa etapa do processo de licenciamento e não possui caráter decisório e informou que quaisquer questionamentos poderiam ser encaminhados em um prazo de 10 (dez) dias ao INEA e à CECA. Em seguida, o Sr. André Martins de Lima representante do empreendedor falou que a área total do empreendimento compreende 596,74 hectares referente às 15 poligonais que são objeto do EIA, que possui 08 poligonais licenciadas que se encontram em processo de exploração, e, dessa forma, a área total de 23 poligonais é de 970,95 ha. Explicou como é feita a atividade de extração de areia em cava, sua disponibilidade e a importância da areia para todo o Estado. Falou ainda que não há um uso futuro definido para a área após o fim da atividade de extração mineral, podendo ser consideradas loteamento residencial. Falou da quantidade de pessoas que irão trabalhar na atividade, que na fase de implantação, que envolve a preparação das áreas das poligonais, através de limpeza do terreno, abertura de vias e instalação de áreas de apoio, serão envolvidos 24 funcionários nos meses de maior demanda. Na fase de operação, onde ocorre a atividade de extração de areia e o escoamento da produção das 15 novas poligonais, prevê-se a utilização de 262 funcionários diretos. Falou que não terá aumento em relação ao número de caminhões com o novo licenciamento. O quantitativo de caminhões é regido diretamente pela exploração anual das jazidas, que tem apresentado uma redução desde 2012, quando houve o pico de produção. Dessa forma, o fluxo de caminhões tem apresentado redução desde 2012, apresentando atualmente média diária de 260 caminhões, um número inferior aos 350 caminhões/dia do ano de 2014. Em seguida, a Sra. Catherine Marie Françoise Hallot, Coordenadora Técnica da equipe que



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado do Ambiente**  
**Comissão Estadual de Controle Ambiental**  
**Instituto Estadual do Ambiente**

48 elaborou o EIA/RIMA, iniciou sua exposição. Apresentou o RIMA, destacando as características  
49 do empreendimento, seus aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos e a área de influência  
50 direta e indireta. Relacionou os impactos decorrentes da implantação do projeto e as medidas  
51 mitigadoras. Apresentou os Planos e Projetos Ambientais e concluiu pela viabilidade ambiental do  
52 empreendimento. Foi dado um intervalo de 15 minutos. Em seguida, foi passada a palavra à  
53 Promotora, Sr.<sup>a</sup> Carolina Sena, representante do Ministério Público Estadual, que vem  
54 acompanhando o processo de licenciamento. Falou da importância da Audiência Pública e da  
55 missão do Ministério Público na defesa do meio ambiente. Falou da existência de dois inquéritos  
56 civis, um de 2002 e outro sobre o impacto viário. Falou dos impactos gerados pelo  
57 empreendimento que estão sendo analisados pela equipe técnica do GATE e que hoje estão  
58 presentes, a Izabella Lentino Arquiteta, Adriana Lima Geóloga, Juliana Bustamante Engenheira  
59 Ambiental e Rodrigo Marra Biólogo, que irão analisar pontos do licenciamento e que  
60 posteriormente serão encaminhados ao órgão Licenciador e ao empreendedor. Logo após a  
61 explanação do Ministério Público Estadual, foi passada a palavra ao Procurador, Sr. Rodrigo  
62 Olívio, representante do Ministério Público Federal, que falou da competência específica com  
63 relação à ofensa aos bens da união, falou da complexidade do empreendimento e qual tem que  
64 ser acompanhado para verificar se é necessária atuação do Ministério Público Federal. Falou de  
65 um inquérito de 2011 instaurado contra empresa sobre uma atividade não licenciada. Falou que é  
66 de competência do Ministério Público que, observando essas questões, zelar para que exista uma  
67 compensação ou mitigação dos danos. A Mesa Diretora recebeu vinte e cinco perguntas escritas  
68 e sete solicitações de intervenção oral, direcionadas para os componentes das mesas, todas  
69 atendidas e respondidas a contento. A mesa Diretora recebeu uma carta da Secretaria Municipal  
70 de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente de Cabo Frio. Em seguida, o Presidente lembrou  
71 que quaisquer contribuições referentes à Audiência Pública poderão ser encaminhadas, no prazo  
72 de 10 (dez) dias, ao INEA ou à CECA, conforme consta no folheto distribuído aos presentes. Por  
73 fim, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 22:47min. Nada  
74 mais tendo a informar, eu, Ana Claudia dos Santos Campos, encerrei a presente Ata.

75  
76 Em 09/05/2017

77  
78  
79  
80 \_\_\_\_\_  
81 Maurício Couto Cesar Junior  
Presidente da Mesa

\_\_\_\_\_  
Ana Cláudia dos Santos Campos  
Secretário da Mesa